

Epistemologia da Razão Substantiva de Guerreiro Ramos

Gabriel Siqueira¹

Resumo:

Este artigo tem por objetivo ampliar a discussão sobre as bases epistemológicas da razão substantiva de Guerreiro Ramos. Para atingir esse objetivo, foi realizado um breve resgate da trajetória intelectual de Guerreiro Ramos, destacando os principais conceitos que culminaram na sua proposta de racionalidade, da qual deriva a abordagem substantiva das organizações.

Primeiramente, revisamos os conceitos empregados por Guerreiro Ramos antecedentes à sociologia, quando ele adotava o personalismo humanista como referência. Em seguida, é apresentada a redução sociológica, conceito central de sua obra nas ciências sociais. Analisamos então a proposta de homem parentético como modelo de ser humano que serviria de base para sua proposta sociológica.

Abordamos então o processo de desenvolvimento e amadurecimento dos símbolos linguísticos guerrierianos para se referir à razão instrumental e à razão substantiva. Reconhecemos as contribuições de Max Weber, Karl Mannheim, Max Horkheimer, Jürgen Habermas e Eric Voegelin ao debate sobre razão que Guerreiro Ramos propõe. Analisamos então as críticas realizadas por Guerreiro Ramos a esses autores, e avaliamos se ele foi capaz de superar seus antecessores na construção dos símbolos linguísticos da razão substantiva sob os quais a nova ciência das organizações seria articulada.

Palavras-chave: Alberto Guerreiro Ramos, abordagem substantiva das organizações, teoria da vida humana associada, razão substantiva, razão instrumental.

Introdução

Desde meados do século XX, a hegemonia do mercado e, por consequência, do paradigma funcionalista da Administração, mostrou seus rendimentos decrescentes na forma de degradação da qualidade de vida, poluição e o desperdício à exaustão dos limitados recursos do planeta. No âmbito da Ciência da Administração, este fenômeno se manifestou na incapacidade das principais correntes de oferecer diretrizes para a criação de espaços sociais em que os indivíduos possam participar de relações verdadeiramente autogeratificantes (GUERREIRO RAMOS, 1981).

As finalidades da vida humana são diversas e só algumas destas pertencem à esfera das organizações econômicas formais. Regras operacionais, mecânicas, não se ajustam a todo o espectro da conduta humana. Sendo assim, uma abordagem substantiva deste tipo de organização deve examinar não só o caráter econômico de sobrevivência, mas também o caráter simbólico do significado de sua existência para seus membros.

A ciência, no sentido que lhe dá o cientismo, não é única forma correta de conhecimento. Arte, mito, e história são formas de conhecimento válidas, legando diferentes tipos de experiência. A interação simbólica reconhece que há múltiplas maneiras de se chegar ao conhecimento. Busca-se, assim dar ênfase à existência social, que não pode ser objetivada segundo categorias mecanomórficas como forças, estruturas e classes.

¹ UFSC

[A interação simbólica] reconhece a presença de organizações na sociedade humana e respeita-lhes a importância. Contudo, encara e trata as organizações de maneira diferente, e a diferença traduz-se consoante duas linhas principais: primeiro, do ponto de vista da interação simbólica, a organização da sociedade humana é o arcabouço, no interior do qual se verifica a ação social, e não constitui o estímulo determinante de tal ação. Segundo, essa organização e as mudanças que nela se operam são o produto da atividade das unidades em ação e não de forças que deixam essas unidades fora de consideração (Blumer, 1962 *apud* GUERREIRO RAMOS, 1981, p.128).

Pretende-se assim investigar como os seres humanos podem fazer uma ligação entre pensamento e ação – *práxis* – para transcender a sua alienação. Dentre as diversas abordagens nos estudos organizacionais, a abordagem substantiva das organizações de Alberto Guerreiro Ramos (1981) parece dar conta da dimensão simbólica no contexto das organizações e estabelecer essa ligação entre teoria e *práxis*.

A interação simbólica presume que a realidade social se faz inteligível ao indivíduo através de experiências livres de repressões operacionais formais. Símbolos são veículos para a troca dessas experiências, isto é, para a reciprocidade de perspectivas. Em outras palavras, tais experiências da realidade são socialmente trocadas ou comunicadas mediante a interação simbólica, que requer, necessariamente, relações íntimas entre os indivíduos, que não se efetivam mediante padrões ou regras impostas, de caráter econômico. A interação simbólica é um tipo de comunicação não projetada e que se opõe às comunicações projetadas. Nos sistemas racionais e funcionais, tais como o da organização convencional, as comunicações entre os indivíduos não se fundamentam no livre fluxo da experiência direta da realidade, mas classificam-se sob um conjunto de regras técnicas e de procedimento (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.108-129)

O objetivo desse artigo é ampliar a discussão sobre as bases epistemológicas da razão substantiva de Guerreiro Ramos. Para atingir esse objetivo, farei um breve resgate da trajetória intelectual do autor, destacando os principais símbolos linguísticos que culminaram na sua proposta de racionalidade, da qual deriva a abordagem substantiva das organizações.

Do personalismo ao homem parentético

Desde jovem, Guerreiro Ramos se preocupou em denunciar as transformações que a modernidade trouxe para a vida humana, tanto em nível individual quanto coletivo, afirmava o esgotamento da civilização moderna, rejeitando tanto o fascismo quanto o comunismo. Assumia assim a perspectiva do *personalismo* – filosofia marcadamente espiritualizada, popular entre os intelectuais franceses e latino-americanos nas décadas de 1930 e 40 cujo maior expoente foi Jacques Maritain – que resgatava o humanismo clássico como oposição ao antropocêntrico centralizado no indivíduo. Sua preocupação era restituir ao ser humano a relação com a divindade perdida com o advento da modernidade (AZEVEDO, 2006; AZEVEDO, ALBERNAZ, 2006; BARIANI JUNIOR, 2003; BARIANI JUNIOR, 2008)

Nesta época, Guerreiro Ramos era influenciado também pelo filósofo russo Nicolas Berdyaev, que afirmava que o ser humano – criado à imagem e semelhança do Criador – é também criador e é chamado para a *cooperação criativa* no trabalho de Deus. Esta

criatividade só poderá se manifestar se houver *liberdade*. O processo de personalização ocorre como uma luta incessante do ser humano com a sociedade pela *autoafirmação consciente* de si e pela *autorrealização criativa* de seu propósito existencial. A noção de personalidade remetia à *constância na mudança*, pertencendo simultaneamente à finitude e à eternidade.

A partir da década de 1950, Guerreiro Ramos se assumiria como um sociólogo, transformando sua noção de ser humano sem abandonar seus fundamentos. Apesar da inspiração da fenomenologia, Guerreiro Ramos não se contentou com o sujeito transcendental husserliano. Ele adotou contra isso a ideia de Ortega y Gasset de que o homem é um ser em circunstância e a ideia heideggeriana de que o homem é um ser no mundo, condição à qual nenhum cientista escaparia.

Inspirado na “Grande Transformação” de Karl Polanyi (2000), Guerreiro Ramos encontrou na expansão do mercado a raiz do processo de despersonalização do ser humano na modernidade. Para eles, a ciência assumiu o papel de legitimar o *centramento* da sociedade no mercado, adotando como natural a episódica predominância da lógica mercadológica na *vida humana associada*. Assim, Alberto Guerreiro Ramos dedicaria o restante da sua vida à colossal tarefa de denunciar os preconceitos acríticos vigentes na epistemologia da ciência social conforme se apresentava e propor uma nova ciência, centrada no ser humano, em seu lugar.

O sociólogo assumiu como conceito central de sua abordagem a *redução sociológica*, tendo esta expressão três significados distintos:

- 1) Redução sociológica como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira;
- 2) Redução sociológica como *atitude parentética*, entendida como adestramento cultural sistemático necessário para habilitar o indivíduo a resistir à massificação de sua conduta e às pressões sociais organizadas; e
- 3) Redução sociológica como proposta de uma nova ciência social, de caráter acentuadamente pluralístico.

Seu livro “A redução sociológica”, publicado pela primeira vez em 1958, articula o primeiro significado da expressão. Guerreiro Ramos desenvolveu nesta obra seu método crítico-assimilativo da ciência e cultura importadas.

Para desenvolver melhor o segundo sentido, Guerreiro Ramos criou a categoria *homem parentético*, que apesar de inovadora, trazia diversos elementos – tais como a *autonomia* e a *autorrealização* – da noção de *pessoa humana* utilizada anteriormente pelo intelectual baiano. Segundo Azevedo e Albernaz (2006), foi este o arremate que faltava para que Guerreiro Ramos levasse a cabo sua proposta de *humanismo radical*.

O *homem parentético* foi apresentado – em oposição aos modelos organizacionais de homem operacional e de homem reativo (GUERREIRO RAMOS, 2001) – como altamente preocupado com a *realização* de seu *potencial*. Atividades que não correspondem às suas necessidades de atualização pessoal seriam conflitantes para este tipo ideal de ser humano. Assim, em conformidade com a proposta de ciência social de Guerreiro Ramos, o *homem parentético* é ameaçado e constrangido pelo trabalho no âmbito organizacional, por contradizer seus valores e fundamentos racionais. Guerreiro Ramos estabeleceu que seu *homem parentético* era um ser de razão substantiva, empenhado na realização de suas potencialidades humanas.

Guerreiro Ramos deixou claro que a necessidade de *autorrealização* do *homem parentético* não representava fluidez de caráter, mas sim *perduração* – tomando emprestado o

termo de Whitehead (1946 *apud* AZEVEDO; ALBERNAZ, 2006) para expressar o paradoxal processo de mudança ao qual o homem, a mulher, o social e a natureza estão expostos.

A perduração é, ao mesmo tempo, uma categoria da existência física, humana e social. Sem a consideração da perduração, não se pode entender o processo através do qual as coisas, os seres humanos e as sociedades realizam suas individualidades imanentes. Contudo, perduração não envolve manutenção. É retenção de caráter, em meio à mudança; é a Vitória sobre a fluidez. É uma categoria de processo mental que reconhece que todas as coisas são interligadas e continuamente se empenham para conseguir um equilíbrio ótimo entre conservação e mudança, no processo que leva a uma concretização modelar de seus propósitos intrínsecos (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.199).

Guerreiro Ramos questiona a cultura ocidental industrial, ou a *sociedade centrada no mercado*, por esta ser baseada em recursos não renováveis, e sua organização, e contrapõe tudo isso à perduração, vinculada à esfera biofísica e seus limites naturais, preconizando o uso equilibrado de recursos renováveis e não renováveis. Nas palavras de Whitehead (1967 *apud* GUERREIRO RAMOS, 1981, p.55):

Há dois princípios inerentes à própria natureza das coisas, que aparecem sempre em algumas corporificações particulares, seja qual for o campo que explorarmos — o espírito de mudança e o espírito de conservação. Nada pode ser real sem ambos. A mera mudança sem conservação é uma passagem do nada para o nada. A mera conservação sem mudança não pode conservar. Porque, afinal de contas, há um fluxo de circunstância e a frescura de ser se evapora sob a mera repetição. O caráter da realidade existente é composto de organismos perdurando através do fluxo das coisas.

Assim, Guerreiro Ramos foi capaz de estabelecer um modelo de ser humano que, apesar de transcender a *pessoa humana* como categoria analítica, guardava estreito senso com a dimensão e o conteúdo do símbolos linguísticos adotado por ele na juventude. Presentes desde sua fase personalística, categorias como *liberdade, autoafirmação consciente, autorrealização criativa*, personalidade como *constância na mudança* foram todas lapidadas por Guerreiro Ramos, assumindo a forma de *homem parentético* e suas características *afirmação do self, autonomia, autorrealização, perduração* e o exercício da *racionalidade substantiva*.

Estas condições e categorias essencialmente humanas serviram para que Alberto Guerreiro Ramos articulasse sua nova ciência social, com o objetivo *de redimir o ser humano*, libertando-o dos grilhões das organizações econômicas, e servindo de orientação para o redesenho da sociedade, tarefa que seria concluída por ele com a publicação de “A nova ciência das organizações”, em 1981, apenas um ano antes de morrer.

Para levar a cabo o terceiro sentido da redução sociológica, ou seja, propor uma nova ciência social, ele tomou como ponto de partida a revisão do conceito de razão e racionalidade.

Razão substantiva

A razão é o conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações. Ela prescreve como os seres humanos deveriam ordenar sua vida pessoal e social (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.23).

O ser humano se diferencia dos outros animais por ser um animal racional. Apesar de a razão ser elemento constituinte da humanidade em todos os tempos, sua diferenciação e articulação pela linguagem simbólica é um evento histórico (VOEGELIN, 1974). O questionamento ao conceito moderno de razão tem sido a preocupação de diversos cientistas sociais, tais como Max Weber, Karl Mannheim, Max Horkheimer, Jürgen Habermas e Eric Voegelin. Nossa tarefa agora é abordar a contribuição de Alberto Guerreiro Ramos (1981; 1983) para este debate, com atenção especial para trajetória teórica que ele percorreu até elaborar sua própria distinção entre *racionalidade instrumental* e *racionalidade substantiva*.

A maturidade de sua proposta foi atingida com sua obra derradeira, *A Nova Ciência das Organizações* (1981), mas o próprio autor admite que em seu livro *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração*, publicado em 1966 – e republicado em 1983 sob o título de *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração* – suas análises do conceito de racionalidade e de outros tópicos da ciência social dominante já antecipavam muito do que ele apresentou em seu último livro, exposto cerca de quinze anos depois.

Em seu primeiro esboço de nova ciência social *Administração e estratégia do desenvolvimento*, Guerreiro Ramos (1983) considerou que a definição de ação administrativa deveria ser necessariamente circunscrita ao âmbito organizacional, limitada ao mundo do trabalho, o que preservaria o mundo da vida pessoal. A ação administrativa prescindia assim da distinção entre *racionalidade funcional* e *racionalidade substancial*, termos de origem weberiana revisitados por Karl Mannheim.

Weber (1922 *apud* GUERREIRO RAMOS, 1983) apresentou os rudimentos de um *conceito sociológico de racionalidade*, distinguindo quatro tipos de ação social: ação racional tocante aos fins, ação racional tocante aos valores, ação afetiva e ação tradicional. Os dois últimos tipos são determinados por estados emotivos, sentimentais e por costumes, tradições, o que inviabiliza a avaliação sistemática de sua intencionalidade. A *racionalidade tocante a fins* (Zweckrationalität) é calculada, sistemática e atenta aos imperativos de adequar condições e meios a uma finalidade deliberadamente escolhida. A *racionalidade tocante a valores* (Wertrationalität) é pautada pela intencionalidade, ditada pelo mérito intrínseco dos valores que a inspiram. É uma conduta heroica ou polêmica que testemunha a crença num valor ético, espiritual, estético ou de outra natureza superior, cuja racionalidade decorre de uma orientação por critérios transcendentais.

Mannheim (1942 *apud* GUERREIRO RAMOS, 1983) recorreu aos termos *racionalidade funcional* e *racionalidade substancial* para possibilitar a avaliação sistemática da intencionalidade das ações sociais tipificadas por Weber. Atos fundamentados na *racionalidade funcional* contribuem para atingir um objetivo predeterminado. Não é contemplada assim a qualidade intrínseca da ação, seu conteúdo ético, mas somente sua contribuição para se atingir um fim preestabelecido. Atos fundamentados na *racionalidade substancial* são intrinsecamente inteligíveis, baseados em conhecimento lúcido e autônomo das relações entre os fatos. São atos que atestam a transcendência do ser humano como criatura dotada de razão, através do domínio de impulsos, sentimentos, emoções, preconceitos e condicionamentos que impedem o entendimento inteligente da realidade. Para Guerreiro Ramos, a *ação administrativa* conforme definida em seus esboços preliminares é *funcional*, o que limitaria sua atuação apenas à esfera do trabalho.

Guerreiro Ramos apresenta estes conceitos ainda de forma rudimentar no livro de 1966, se comparado à sua maturação na obra publicada em 1981. Não estava presente ainda o caráter denunciatório da transvaloração da razão na modernidade que faz da nova ciência não

apenas uma proposta, mas também uma crítica à ciência social estabelecida. Além disso, em seu livro derradeiro o autor se preocupou em expandir sua noção de organização para além das economias, um cuidado que ele não teve em seus esboços preliminares.

Em *A nova ciência das organizações*, Guerreiro Ramos começa a erigir sua proposta de nova ciência social pela identificação da epistemologia das ciências sociais modernas, acusando os intelectuais modernos do século XVII de fundamentarem suas análises em um conceito deturpado de razão.

Guerreiro Ramos assinala que a sociedade moderna tem uma alta capacidade de absorver e distorcer palavras e conceitos cujo significado anterior se chocaria com a manutenção dessa sociedade. Em consonância com Max Horkheimer, que afirmou em *Eclipse da Razão* que “a denúncia daquilo que atualmente se chama de razão é o maior serviço que a razão pode prestar” (HORKHEIMER, 2002, p. 185), o sociólogo baiano considerou que uma das formas de criticar a sociedade moderna centrada no mercado é descrever sua astúcia na utilização inapropriada do vocabulário teórico que prevalecia antes de seu aparecimento.

No sentido clássico, razão era entendida como força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, o conhecimento falso e o verdadeiro, servindo de critério para a ordenação social (VOEGELIN, 1974; GUERREIRO RAMOS, 1981). Como a razão representa a própria definição de ser humano, ela não poderia ser deixada de lado.

Assim, a sociedade moderna tornou a razão compatível com sua estrutura normativa. O sentido moderno de razão é articulado e sistematizado pela primeira vez por Thomas Hobbes em sua obra *O Leviatã* como capacidade que o indivíduo adquire pelo esforço e que o habilita a fazer o cálculo utilitário de consequências. A razão moderna acaba por assumir uma conotação antitética aos propósitos fundamentais da existência humana, privilegiando o funcional em detrimento do que é bom.

Guerreiro Ramos procede então a uma breve avaliação crítica da razão moderna levada a cabo por alguns dos “mais eminentes estudiosos contemporâneos”, dentre eles Max Weber e Karl Mannheim, que o autor já havia revisado preliminarmente em *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração*, mas vai além e inclui no rol de autores críticos da racionalidade moderna os nomes de Max Horkheimer, Jürgen Habermas e Eric Voegelin.

A opinião de Guerreiro Ramos a respeito de Max Weber parece ter evoluído bastante desde *Administração e estratégia do desenvolvimento*. Enquanto no seu esboço preliminar da década de 1960, ele se contentou em apresentar as definições de *racionalidade tocante a fins* (Zweckrationalität) e *racionalidade tocante a valores* (Wertrationalität), em *A nova ciência das organizações* o sociólogo baiano faz um diagnóstico do clima social em que Weber escreveu e extrai opiniões e conflitos morais das entrelinhas e notas de rodapé para restaurar a posição humanística e crítica do autor alemão.

Como é amplamente sabido, ele [Max Weber] salientou que a racionalidade formal e instrumental (Zweckrationalität) é determinada por uma expectativa de resultados, ou “fins calculados” (Weber, 1968, p. 24). A racionalidade substantiva, ou de valor (Wertrationalität), é determinada “independentemente de suas expectativas de sucesso” e não caracteriza nenhuma ação humana interessada na “consecução de um resultado ulterior a ela” (Weber, 1968, p. 24-5). Nessa conformidade, Weber descreve a burocracia como empenhada em funções racionais, no contexto peculiar de uma sociedade capitalista centrada no mercado, e cuja racionalidade é

funcional e não substantiva, esta última constituindo um componente intrínseco do ator humano (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 5).

Para Guerreiro Ramos, Max Weber foi um crítico da predominância da racionalidade instrumental na sociedade, fenômeno que, apesar de histórico e não definitivo, impunha-se no campo das ciências sociais. Por isso mesmo, Weber não foi capaz de resolver sua tensão espiritual e empreender uma análise social com base na racionalidade substantiva – assumindo uma postura resignada avessa a confrontação –, fato que Guerreiro Ramos lamenta profundamente, mas procura ele mesmo realizar em sua obra.

Com relação a Karl Mannheim, a avaliação de Guerreiro Ramos em *A nova ciência das organizações* também parece ter evoluído em relação à sua *Administração e estratégia do desenvolvimento*. No livro publicado em 1966, o sociólogo baiano havia se limitado a apresentar a distinção feita por Mannheim entre racionalidade funcional e racionalidade substancial, ressaltando que a ação administrativa deveria se restringir apenas à funcional.

Já na obra de 1981, Guerreiro Ramos começa sua avaliação de Mannheim por remover um anacronismo da *Redução Sociológica* de 1958, onde o autor brasileiro afirmava que a industrialização, a urbanização e o incremento do consumo acarretavam no incremento da consciência crítica:

A tensão constitutiva da vida urbana traduz-se normalmente em politização acentuada, tornando decisiva a participação popular nas várias formas de atividades diretivas da sociedade. [...] Quanto mais uma população assimila hábitos de consumo não vegetativos, tanto mais cresce a sua consciência política e maior se torna sua pressão no sentido de obter recursos que lhe assegurem níveis superiores de existência (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 61-63).

Enquanto no final da década de 1950, Guerreiro Ramos se deixava contagiar pelo momento de acelerada modernização do Brasil – que na época ainda possuía uma população predominantemente rural, mas que já esboçava uma alta taxa de crescimento da população urbana e do consumo em geral como efeitos da industrialização recente, fatos que aparentemente contribuía para o aumento da consciência crítica da população em geral –, na década de 1980 ele já estava radicado nos EUA há duas décadas e pode observar *in loco* que a industrialização acarretava no “declínio das faculdades de crítica do indivíduo” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 6-7).

Além de identificar a crítica de Mannheim à influência ilimitada da racionalidade funcional na sociedade contemporânea, Guerreiro Ramos aproveita a obra do sociólogo alemão para restaurar o conteúdo ético das condutas em geral através da racionalidade substancial e também para explicitar que o problema não é a adoção da lógica instrumental nos enclaves econômicos enquanto estes permanecem em esferas limitadas, mas sua extrapolação para toda a vida humana associada, este sim constitui o problema a ser investigado.

Guerreiro Ramos considera que Mannheim empreende uma análise confrontativa, refletindo a ânsia libertária do autor para encontrar meios de modificar o estágio em que as sociedades industriais se encontravam. Mas o sociólogo baiano acredita que Mannheim acabou não sendo capaz de desenvolver um conceito de ciência social em consonância com sua noção de racionalidade substancial, em parte devido a seu ecletismo relacionista que acabou por desnordeá-lo.

Em seguida, Guerreiro Ramos parte para uma avaliação da contribuição da Escola de Frankfurt ao estudo da razão, com ênfase em Max Horkheimer e Jürgen Habermas. A racionalidade é considerada por Guerreiro Ramos como tema central da teoria crítica desenvolvida pela Escola de Frankfurt, começando pela crítica de Adorno e Horkheimer à razão moderna como instrumento disfarçado de perpetuação da repressão social e concluindo com o restabelecimento da razão como categoria crítica que sirva de referência para sua teoria crítica da sociedade.

Eles resgatam a idéia de razão objetiva, originária da cultura grega clássica e presente nos escolásticos da Idade Média e no Idealismo alemão. Guerreiro Ramos parece concordar com Horkheimer e Adorno quando estes submetem o conceito de razão de Marx a questionamentos, situando-o como carregado de preconceitos iluministas. Para os autores da Escola de Frankfurt, o Iluminismo caracteriza-se pela deturpação do conhecimento da razão objetiva pela transformação do pensamento em matemática, das qualidades em funções, dos conceitos em fórmulas e a verdade em frequências estatísticas de médias.

Marx proclamava que sua dialética despojaria o racionalismo do século XVIII de seus traços mecanicistas, mas seu conceito de razão está profundamente enraizado na tradição iluminista, pois ele acreditava que o processo histórico das forças de produção era racional em si mesmo, e assim emancipatório. A Escola de Frankfurt afirma que isso também é uma ilusão Iluminista. Jürgen Habermas foi um dos autores que mais se debruçou sobre esta questão.

A linguagem também tem papel central na análise empreendida pela Escola de Frankfurt. Horkheimer observa que o Iluminismo desencadeou um processo de corrupção da fala que conduziu à decadência cultural, onde a linguagem é reduzida a mero instrumento do aparelho de produção da sociedade moderna. A socialização do indivíduo no sistema industrial acarreta a desnaturação da linguagem, impedindo que a pessoa seja capaz de exprimir significados, permitindo apenas a expressão de propósitos e objetivos instrumentais.

Habermas também se ocupou em sua obra sobre a noção de racionalidade e a linguagem. Sua preocupação principal, da qual Guerreiro Ramos compartilha, é construir uma teoria crítica da sociedade como instrumento para estabelecer o primado da conduta racional ética na vida social. Para Guerreiro Ramos, Habermas foi além de Weber, pois não suspendeu seus padrões éticos quando se voltou ao tema da racionalidade nas sociedades modernas.

Entre os principais pontos do trabalho de Habermas, Guerreiro Ramos destaca aqueles que estão em consonância com sua proposta de nova ciência humana:

1. A restauração do conceito de um interesse racional, que embora implícito no pensamento político grego, passou a ser tema central dos sistemas filosóficos dos idealistas alemães.
2. Reexame das opiniões históricas de Marx e, especialmente, de sua premissa de que uma sociedade racional iria resultar, necessariamente, do desenvolvimento das forças de produção.
3. Investigação das consequências políticas e psicológicas do domínio da racionalidade instrumental sobre as sociedades modernas.
4. A padronização da comunicação como ponto central de uma teoria social integrativa crítica. Inclina-se ele por uma espécie de crítica integrativa (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.11).

Habermas examina a racionalidade de um ponto de vista crítico, e para isso faz um resgate do Idealismo alemão, identificando na filosofia transcendental de Kant o conceito de interesse da razão. A razão pura kantiana – dotada de causalidade, um bem a ser procurado tanto no domínio da vida pessoal quanto social – teria o interesse prático de vir a encarnar-se

na vida social. Hegel e Marx acreditavam que a razão pura se harmonizaria com a prática numa Idade da razão, entendida como consequência da evolução histórica. Habermas discorda, encontrando em Fichte a resposta para tornar prática a razão pura.

O conceito de interesse emancipatório inerente à razão ativa de Fichte inspirou Habermas a elaborar uma tipologia de interesses cognitivos que diferenciam a ciência de acordo com suas linhas de pesquisa: a) Ciências naturais cujo interesse cognitivo é o controle técnico sobre processos objetificados; b) Ciências sociais funcionalistas cujo interesse cognitivo é uma preservação e expansão da intersubjetividade da possível compreensão mútua orientada para a ação; c) Ciências sociais críticas subordinadas ao interesse cognitivo emancipatório ou libertador, que devem ser consideradas como instrumentais na estimulação da capacidade humana para a autorreflexão e a autonomia ética.

Ainda sobre Marx, Habermas considera que a teoria marxista é inspirada pelo interesse emancipatório, e que poderia assim incluir as contribuições dele, contanto que liberadas de seus erros, especialmente com relação à liberdade e à racionalidade. Marx considerava que a liberdade e a racionalidade seriam processos inevitáveis do desenvolvimento das forças de produção – isso se aproxima muito da percepção do próprio Guerreiro Ramos na década de 1950, conforme ilustramos anteriormente, que naquela época acreditava que a industrialização, a urbanização e o incremento do consumo acarretariam no aumento da consciência crítica no Brasil.

Habermas observou que os pressupostos marxistas não foram validados pela história, na medida em que o crescimento das forças de produção não significa o mesmo que a intenção da *boa vida*. Nas sociedades industriais, a racionalidade instrumental ampliou o controle da natureza e se tornou a lógica da vida humana em geral. Em tais sociedades, pesquisa, ciência, tecnologia e aplicação industrial se fundiram em um sistema repressivo institucionalizado. O desenvolvimento capitalista impôs limites à livre e genuína comunicação entre os seres humanos, escamoteando a diferença entre racionalidade substantiva e pragmática.

Com relação a Weber, Habermas toma uma posição reformuladora semelhante à sua postura frente a Marx. Ele parece considerar que a “racionalização” descrita por Weber é um processo de adaptação, um padrão apologético no qual as normas de relações interpessoais na esfera privada são solapadas por regras sistemáticas de ação racional de propósito determinado, conduzindo a um estado de comunicação distorcida entre os seres humanos.

Assim, comunicação se tornou tema central na análise habermasiana, através da distinção entre tipos de ação:

a) Ação racional com propósito, ou instrumental: relações interpessoais subordinadas a regras técnicas, passíveis de verificação de validade;

b) Ação comunicativa, ou de interação simbólica: relações interpessoais livres de compulsão externa, passível de legitimação apenas através da intersubjetividade da mútua compreensão de intenções;

Nas modernas sociedades industriais, os sistemas de conduta de ação racional com propósito solaparam as antigas bases de interação simbólica, restringindo este tipo de interação a enclaves marginais ou residuais. Para evitar distorções de linguagem, Habermas preconiza uma situação ideal de discurso, mas ressalta que esta situação só pode se materializar dentro de um contexto social adequado, diferente do atual.

Novamente Guerreiro Ramos se vê no papel de criticar os esforços dos autores que utiliza. Sobre a obra de Horkheimer, ele afirma que não é muito mais do que uma acusação da

sociedade moderna, pois deixa de dizer como e em que direção caminhar para que se encontrem alternativas para os males atuais, teóricos e sociais.

Já a teoria crítica habermasiana é recheada de insights e atualizações dos trabalhos de Kant, Hegel, Fichte, Marx e Freud, mas acaba por ser demasiadamente eclética e ainda recheada de erros de natureza sociomórfica. Habermas aceita que a emancipação humana pode acontecer como um evento social coletivo e chega a propor a organização de processos de esclarecimento, ressuscitando a antiga ideia marxista de esclarecimento prático das massas. Para Guerreiro Ramos, isso denotaria claramente um tom sociomórfico no projeto de Habermas de teoria crítica, ao prometer o esclarecimento existencial como uma qualidade coletiva do comportamento de massa, enquanto o sociólogo baiano considera que o esclarecimento tem sido sempre possível apenas no nível da psique individual.

Além do mais, Habermas parece adotar uma psicologia motivacional de bases freudianas – assumindo a doutrina de Freud como elemento subsidiário do esclarecimento das massas –, o que contradiz a nova ciência de Guerreiro Ramos, que se preocupa em situar a razão substantiva como um atributo da psique humana que resiste à completa socialização.

Dos autores contemporâneos revisitados por Guerreiro Ramos para compor seu entendimento de razão e racionalidade substantiva, Eric Voegelin parece ser aquele que mais influenciou o sociólogo baiano. A obra *Reason: the classic experience* (VOEGELIN, 1974) oferece uma série de pistas para o entendimento de razão adotado por Guerreiro Ramos, conforme indicado pelo próprio autor.

Voegelin (1974) afirma que a razão é constituinte da humanidade em todos os tempos e todos os lugares, mas que sua diferenciação como símbolo da linguagem remete aos filósofos místicos da cultura helênica que descobriram a razão como origem da ordem na psique humana. Ele se recusa a adotar uma definição conceitual de razão, preferindo lidar com a experiência que os filósofos – amantes da sabedoria – estavam engajados em atos de resistência à desordem social e pessoal de sua época.

Deste ato de resistência emergiu a “*nous*”, uma força cognitiva luminosa organizadora que inspirou os filósofos a simultaneamente resistirem e reconhecerem o fenômeno da desordem social. Esta descoberta era entendida como um acontecimento histórico que conferia significado à própria história. Uma vez que a humanidade se conscientizasse desta ordem, não poderia retornar deste avanço significativo de percepção (vida da filosofia) para um modo de experiência e simbolização menos diferenciado, compactado (vida do mito).

Aristóteles caracterizou o ser humano como *zoon noun echon*, como o animal que possui *nous*. A frase foi traduzida para o latim como *animal rationale*: o homem é definido como animal racional, a razão é entendida como natureza humana. Voegelin considera, em sua análise, que esta tradução ocasionou numa definição linguística que encarcerou e esvaziou o termo de seu sentido contextualizado, pois os filósofos gregos não estavam preocupados com definições, mas com a utilização de símbolos linguísticos que pudessem expressar adequadamente suas experiências.

Voegelin assinala que a inquietude inerentemente prazerosa da experiência clássica foi gradualmente sendo deturpada na Modernidade por Hobbes e seu “medo da morte”, Heidegger e sua angústia, Hegel e seu conceito mal colocado de alienação, Marx e sua rejeição do fundamento aristotélico, Freud e seu diagnóstico da abertura ao fundamento como uma ilusão, um infantilismo neurótico. Para Voegelin, não ocorreu apenas uma mudança de tonalidade da experiência, de algo agradável para desagradável, mas sim uma colocação inapropriada dos conceitos de saúde e doença mental, com a inversão dos significados originais dos símbolos da experiência grega clássica.

Os filósofos clássicos tinham consciência desta mudança como um evento histórico e de que sua descoberta teria desdobramentos educacionais e terapêuticos. No entanto, eles não podiam prever que suas realizações seriam incorporadas de tal maneira nas culturas helênica, cristã e islâmica, que a filosofia seria transformada em metafísica propositiva, que o simbolismo noético que eles criaram seria retirado de seu contexto vivencial, de forma que o vocabulário filosófico seria usado para atacar a razão com uma razão aparente. Eles não poderiam prever que o fenômeno moderno viria a acarretar na degradação dos símbolos como eles o desenvolveram. A obra de Voegelin é um ato de resistência, no sentido de dar continuidade ao esforço clássico.

É justamente neste ponto que Guerreiro Ramos discorda de Voegelin. O sociólogo baiano considera que a obra de Voegelin é demasiadamente restauradora. Para ele, nenhum retorno a qualquer forma histórica de vida humana pode estar contido na ideia de uma restauração verdadeiramente criadora dos ensinamentos clássicos. Para Guerreiro Ramos, os filósofos gregos devem ser restaurados como parceiros ativos dos estudiosos contemporâneos em suas buscas por conhecimento, não considerados autoridades canônicas infalíveis, como a obra de Voegelin parece conotar.

Além disso, Guerreiro Ramos critica também o desprezo de Voegelin pela definição sistemática do significado dos termos principais de seu vocabulário, como *descarrilamento*, *kinesis*, *gnosticismo*, *diferenciação*, entre outros. O sociólogo baiano pondera ainda que a obra voegelianiana não oferece pistas para o tratamento operacional dos problemas da sociedade moderna, pairando acima de preocupações pragmáticas imediatas.

Implacável em suas críticas, o sociólogo baiano é taxativo e avalia que os pontos de vista adotados por todos estes teóricos foram insuficientes para o desenvolvimento de uma nova ciência social na medida em que tomaram diversas posições como resignação (Weber), relacionalismo (Mannheim), indignação moral (Horkheimer), crítica integrativa (Habermas) e restauração (Voegelin).

Quadro 1 – Conceito de racionalidade: contribuições e críticas

Max Weber – resignação

1. Contribuições:

Fez a distinção entre:

- a) **Racionalidade formal e instrumental** (*Zweckrationalität*): determinada por *uma expectativa de resultados* ou *fins calculados*; calculada, sistemática e atenta aos imperativos de adequar condições e meios a uma finalidade deliberadamente escolhida; e
- b) **Racionalidade substantiva, ou de valor** (*Wertrationalität*): determinada independentemente de suas expectativas de sucesso, pautada pela intencionalidade, ditada pelo mérito intrínseco dos valores que a inspiram. É uma conduta heroica ou polêmica que testemunha a crença num valor ético, espiritual, estético ou de outra natureza superior, cuja racionalidade decorre de uma orientação por critérios transcendentais.

2. Críticas:

Incapaz de resolver a *tensão espiritual* entre a racionalidade substantiva que o mobilizava e a racionalidade instrumental que predominava em sua época, não empreendeu sua análise social sob o ponto de vista da racionalidade substantiva.

Karl Mannheim – relacionalismo

1. Contribuições:

Se apoia em Max Weber para estabelecer uma distinção entre:

- a) **Racionalidade funcional**: diz respeito a qualquer conduta, acontecimento ou objeto, na medida em que este é reconhecido como sendo apenas um *meio de atingir uma determinada meta*. Tende a despojar

o indivíduo médio de sua capacidade de *sadio julgamento*. Existia em sociedades anteriores, mas estava restrita a esferas limitadas. Na sociedade moderna, tende a abranger a totalidade da vida humana, não deixando ao indivíduo médio outra escolha além da desistência da própria *autonomia* e de sua própria *interpretação dos eventos*, em favor daquilo que os outros lhe dão; condutas pautadas por esta lógica contribuem para atingir um objetivo predeterminado; e

b) **Racionalidade substancial**: ato de pensamento que revela percepção inteligente das inter-relações de acontecimentos numa situação determinada. Atos dessa natureza tornam possível uma vida pessoal orientada por *juízos independentes*. Essa racionalidade constitui a base da *vida humana ética, responsável*. Condutas baseadas nesta lógica são intrinsecamente inteligíveis, baseadas em conhecimento lúcido e autônomo das relações entre os fatos. São atos que atestam a *transcendência do ser humano* como criatura dotada de razão, através do domínio de impulsos, sentimentos, emoções, preconceitos e condicionamentos que impedem o entendimento inteligente da realidade.

2. Críticas:

Seu ecletismo relacionista – pretendeu integrar as principais correntes da ciência social contemporânea – deixou-o desorientado. Não conseguiu desenvolver um conceito de ciência social em consonância com sua noção de racionalidade substancial.

Max Horkheimer – indignação moral

1. Contribuições:

Considerou que o Iluminismo desencadeou um processo de corrupção da fala que conduziu à decadência cultura e viu o processo de desnaturação da linguagem como resultado da profunda socialização do indivíduo no sistema industrial moderno. Fez a distinção entre os conceitos de:

a) **Razão moderna**: instrumento disfarçado de perpetuação da *repressão social*. Focaliza a coordenação de comportamento e propósito. Relativa às capacidades de cálculo disponíveis. Desloca o atributo da razão do ser humano para a sociedade ou para a história; e

b) **Razão objetiva**: enfatiza os fins de preferência aos meios e as implicações éticas da vida de razão para a existência humana. Focaliza conceitos sobre a ideia do bem maior, destino humano e a maneira de serem atingidos os objetivos últimos. Preceitos de ordenação da vida do homem. Fator de compreensão ética, moral e religiosa.

Demonstrou que o deslocamento da razão como atributo da psique humana em atributo da sociedade inviabiliza a ciência social.

2. Críticas:

Sua obra não é muito mais do que uma acusação da sociedade moderna, pois deixa de dizer como e em que direção caminhar para que se encontrem alternativas para os males atuais, teóricos e sociais.

Jürgen Habermas – crítica integrativa

1. Contribuições:

Seu interesse primordial é a construção de uma teoria crítica da sociedade como instrumento para estabelecer o primado da *conduta racional* na vida social. Adotou o conceito de *interesse emancipatório* inerente à razão ativa – atributo essencial da *consciência humana esclarecida*, liberada do dogmatismo. Distinguiu vários tipos de ciência de acordo com os interesses orientadores de sua pesquisa:

a) Ciências naturais cujo interesse cognitivo é o controle técnico sobre processos objetificados;

b) Ciências sociais funcionalistas cujo interesse cognitivo é uma preservação e expansão da intersubjetividade da possível compreensão mútua orientada para a ação;

c) Ciências sociais críticas subordinadas ao interesse cognitivo emancipatório ou libertador, que devem ser consideradas como instrumentais na estimulação da capacidade humana para a autorreflexão e a autonomia ética.

Salientou que as ciências naturais serviram de modelo para a ciência social estabelecida, transformando-se num meio de legitimação do controle institucionalizado sobre o mundo natural e a conduta humana. Propôs a distinção entre tipos de ação:

a) **Ação racional com propósito, ou instrumental**: relações interpessoais subordinadas a regras técnicas, passíveis de verificação de validade;

b) **Ação comunicativa, ou de interação simbólica**: relações interpessoais livres de compulsão externa, passível de legitimação apenas através da *intersubjetividade* da mútua compreensão de intenções.

Nas modernas sociedades industriais, os sistemas de conduta de ação racional com propósito solaparam as antigas bases de *interação simbólica*, restringindo este tipo de interação a *enclaves* marginais ou

residuais.

2. Críticas:

Assume o anacrônico e sociomórfico esclarecimento de massas apoiado por uma psicologia motivacional que exclui o papel da razão na psique humana.

Eric Voegelin – restauração

1. Contribuições:

Considerou que os textos clássicos de Platão e Aristóteles de ciência política articulam *experiências*, não conceitos fechados. Para ele, razão é uma *realidade* independente do conceito. Qualquer tentativa de reduzir a razão a um produto convencional da linguagem – como o conceito moderno de razão – reflete um estado de deformação da psique. Razão como uma *experiência da formação da alma humana* descoberta pelos filósofos místicos da Grécia que tornou possível romper os limites da visão compacta de realidade e acessar um nível de *autocompreensão*, representando o momento culminante em que a consciência do ser humano quanto à sua própria alma ganha em luminosidade e diferenciação.

Mostrou que uma teoria política de base científica só é possível com fidelidade à experiência clássica da razão; afirmou a validade do paradigma clássico de *boa sociedade*:

I) A *vida da razão* se torna a força criadora soberana, sendo a razão um atributo da psique humana, não da sociedade;

II) O critério para alocação de autoridade e poder (hierarquia) é a capacidade de suportar a tensão inerente à vida da razão. Os mais capazes de suportarem esta tensão devem desempenhar as funções políticas mais importantes;

III) A qualidade de uma sociedade é condicionada por circunstâncias empíricas como recursos disponíveis e tamanhos da população.

IV) Uma *boa sociedade* não pode ser implementada em termos definitivos. Não é concebida como um estágio social definitivo, perfeito e harmonioso.

Considerou que, quando a viabilidade substitui a verdade como critério de linguagem dominante, há pouquíssima oportunidade para persuasão de pessoas através do *debate racional*.

2. Críticas:

Sua obra tem conteúdo prescritivo desprovido de preocupações pragmáticas imediatas. Sua ciência política é formulada apenas em termos muito amplos, não incluindo aspectos da vida cotidiana. Não oferece assim pistas concretas para um tratamento operacional dos problemas da sociedade contemporânea. Evitou definições sistemáticas dos termos básicos para o entendimento de seu trabalho, tais como descarrilamento, razão, etc. Seu caráter excessivamente restaurador situa os pensadores clássicos como cânones, não como parceiros ativos dos estudiosos contemporâneos na busca por conhecimento.

Fonte: o autor, com base em Guerreiro Ramos (1981; 1983)

O Erro! Fonte de referência não encontrada. apresenta uma síntese das contribuições dos diversos autores à construção da proposta de racionalidade instrumental e substantiva de Guerreiro Ramos, além das críticas e ressalvas que ele apresenta a seus antecessores. É possível perceber que as críticas de Guerreiro Ramos a estes autores contemporâneos estão diretamente relacionadas ao que o sociólogo baiano se propôs a fazer em sua *nova ciência*: ele critica Weber por não ter realizado sua análise social sob o ponto de vista da racionalidade substantiva; Mannheim por seu ecletismo que o impediu de desenvolver um conceito de ciência social em consonância com sua noção de racionalidade substancial; Horkheimer por deixar de dizer como e em que direção caminhar para que se encontrem alternativas para os males atuais, teóricos e sociais; Habermas por ter assumido o anacrônico e sociomórfico esclarecimento de massas apoiado por uma psicologia motivacional, excluindo o papel da razão na psique humana; e Voegelin por canonizar os clássicos gregos, não apresentar definições dos termos que utiliza e não oferecer respostas operacionais e pragmáticas.

No meu entendimento, Guerreiro Ramos foi capaz de superar todos os pontos que ele levantou como censuras a estes autores, com exceção justamente de algumas críticas que teceu a Voegelin. Assim, como Voegelin, Guerreiro Ramos elabora sua ciência política apenas em termos muito amplos, deliberadamente não incluindo aspectos da vida prática. Este fato fica claro ao depararmos com as palavras do próprio autor:

Keynes foi o meu guia na concepção formal do meu livro [A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações]. Quando, em 1975, o seu rascunho se encontrava em estado final, hesitava entre dois modos de apresentação do meu argumento. Deveria eu apresentar A nova ciência provida do máximo possível de ilustração factual de suas teses, ou deveria dar-lhe um caráter de discurso conceitual por excelência? O estudo da Teoria geral (elaborada por Keynes em alto grau de abstração) me convenceu de que a segunda diretiva seria mais aconselhada, e decidi firmemente segui-la. (...) o livro ficaria menos perecível quanto mais reduzisse nele a parte consistente em simples crônica de eventos. Em resumo, A nova ciência deveria ser, tanto quanto possível, mero discurso teórico. Se este fosse convincente, a longevidade do livro ficaria mais bem assegurada (GUERREIRO RAMOS, 1982, p. 93).

Outra crítica de Guerreiro Ramos à Voegelin que aparentemente não foi superada pelo próprio é a que diz respeito à ausência de definições sistemáticas dos termos básicos para o entendimento de seu trabalho. Podemos elencar uma série de termos importantes para a compreensão de *A nova ciência* que carecem de um conceito claro e objetivo, tais como *razão*, *racionalidade substantiva*, *tensão*, *autorrealização*, entre outros. A questão é: será que Guerreiro Ramos se absteve de definir sistematicamente estes termos por estar em conformidade com Voegelin e os filósofos clássicos? Estaria ele mais preocupado em encontrar os símbolos linguísticos apropriados para expressar suas experiências? Tudo indica que sim:

Diversamente da racionalidade formal, a racionalidade substantiva, em primeiro lugar, nunca poderá ser confinada num enunciado interpretativo. Somente através da livre experiência da realidade e de sua precisa articulação é que a racionalidade substantiva poderá ser compreendida. Nem se pode mesmo esperar compreendê-la através da simples aquisição de um pacote de informações (GUERREIRO RAMOS, 1982, p. 194).

A partir da distinção entre razão instrumental e substantiva (apresentada no Quadro 2), o sociólogo baiano atualizou a experiência da razão clássica para o contexto contemporâneo, situando seu caráter histórico, sua dimensão existencial, o papel que desempenha na sociedade contemporânea e as formas de conduta e de relações interpessoais. Esquivando-se das definições determinísticas que amputam e tolhem o conhecimento típicas de uma visão disjuntiva-redutora, Guerreiro Ramos elabora sua tipologia da razão contemporânea através das críticas e comentários que tece a seus antecessores, apresentando uma diversidade de símbolos linguísticos comumente associados à racionalidade instrumental e substantiva.

E assim, das três críticas que Guerreiro Ramos teceu a Voegelin, o sociólogo baiano foi capaz de superar ao menos uma delas: ele não se restringiu a um mero resgate da experiência clássica, mas a atualizou, conferindo novos significados aos símbolos linguísticos criados pelos filósofos helênicos que haviam sido resgatados pelo filósofo político alemão, com especial atenção à razão e inerente à existência humana.

Quadro 2 – Distinção entre razão instrumental e substantiva

Tipologia	Razão instrumental	Razão substantiva
Sinônimos	Funcional, pragmática, com propósito, tocante a fins	Objetiva, comunicativa, de interação simbólica, tocante a valores
Dimensão existencial	Sociedade; Processo histórico; Organização	Ser humano; psique humana
Caráter histórico	Episódica, fenômeno particular da sociedade centrada no mercado	Comum a todas as pessoas de todos os lugares em todas as épocas;
Papel desempenhado na sociedade contemporânea	Instrumento disfarçado de perpetuação da repressão social carregado de preconceitos iluministas.	Atributo da psique humana que resiste à completa socialização; capacita as pessoas a compreenderem as variedades históricas da condição humana
Forma de conduta	Comportamento: conveniência é sua principal categoria; funcional, efetivo, pertence à esfera das causas eficientes.	Ação: própria dos atores que deliberam sobre coisas porque têm consciência das finalidades intrínsecas; pertence à esfera ética das causas finais
Relações interpessoais e validação	Relações interpessoais subordinadas a regras técnicas, passíveis de verificação de validade	Relações interpessoais livres de compulsão externa, passíveis de legitimação através da intersubjetividade da mútua compreensão de intenções
Principais símbolos linguísticos associados	Capacidade que o indivíduo adquire pelo esforço e que o habilita a fazer o cálculo utilitário de consequências; sistemática e atenta aos imperativos de adequar condições e meios a uma finalidade deliberadamente escolhida; experiência deformada da realidade; torna obscuros os polos da tensão existencial humana; atos fundamentados na racionalidade funcional contribuem para atingir um objetivo predeterminado; conduta humana interessada na consecução de um resultado ulterior.	Força cognitiva luminosa ativa na psique humana; dimensão de consciência crítica, presença divina que se manifesta na experiência da inquietude e no desejo de conhecer; permite distinguir entre o bem e o mal, o conhecimento falso e o verdadeiro; serve de critério para a ordenação da vida humana associada; capacidade de fazer julgamentos éticos e críticos de natureza pessoal; pautada pela intencionalidade; conduta heroica ou polêmica; crença num valor ético, espiritual, estético ou de outra natureza superior, cuja racionalidade decorre de uma orientação por critérios transcendentais.

Fonte: o autor, com base em Guerreiro Ramos (1981, 1983) e Voegelin (1974).

Considerações finais

A teoria substantiva da vida humana associada pode ser encontrada nos trabalhos de pensadores de todos os tempos, passados e presentes, apesar de nenhum deles jamais ter empregado a expressão “razão substantiva”. Guerreiro Ramos explica que o uso desse termo só se fez necessário porque o conceito de razão foi escamoteado pelos funcionalistas da época moderna, exigindo assim tal qualificação.

Um dos elementos constituintes desta razão que agora tem que ser qualificada como substantiva é o debate racional. Para Guerreiro Ramos, esta categoria constitui a essência da vida política e o requisito essencial para a boa regulação da vida humana associada. Sendo assim, a teoria substantiva pressupõe a super-ordenação ética da teoria política sobre qualquer disciplina que investigue os diversos aspectos da vida humana associada.

Pelo exercício da razão, e vivendo de acordo com imperativos éticos dessa razão, o homem transcende a condição de um ser puramente natural e socialmente determinado, e se transforma num ator político. A definição que Aristóteles deu ao homem como um “animal político” (*zoon politikon*) só é compreensível à luz desse entendimento (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.30).

Guerreiro Ramos considera que, no domínio político, o ser humano é destinado a agir por si mesmo como portador da razão substantiva. Os critérios para a ordenação da vida humana associada são evidentes por si mesmos ao senso comum, independente de qualquer processo específico de socialização ao qual a pessoa tenha sido submetida. A razão substantiva por si só permite distinguir entre o vício e a virtude, entre o bem e o mal, servindo para nortear a livre interação das pessoas para ordenarem a vida humana associada.

O que é enfatizado por Aristóteles é o fato de que o bom homem é, sobretudo, guiado pelo que se qualifica aqui como razão substantiva, comum a todos os homens, em qualquer momento e em qualquer lugar, e que não deve ser considerada coincidente com padrões particulares de qualquer sociedade determinada (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.61).

A razão, no sentido de habilidade calculadora (que já havia sido inferida por Aristóteles), deve ser restrita à administração doméstica (*oikos*), enclave em que o bem estar econômico e a sobrevivência determinam o melhor curso de ação a ser tomada.

Aristóteles jamais considerou o mercado como o sistema primordial da sociedade e nunca pensou que os requisitos psicológicos do mercado se transformassem nas normas da vida social em seu conjunto. É certo que tinha clara noção da racionalidade do comportamento econômico, mas em seu conceito normativo de uma boa sociedade esse tipo de racionalidade só incidentalmente influiria sobre a existência humana. Poder-se-ia argumentar que o conceito aristotélico prudência contém um ingrediente de cálculo. No entanto, na opinião de Aristóteles, a prudência é uma categoria ética, não puramente uma conduta conveniente. Assim, diz o filósofo: "Não podemos ser prudentes sem sermos bons" (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.123).

Portanto, a razão instrumental não deve fazer parte do enclave político, pois nele o indivíduo deve ser livre para manifestar o interesse pela expansão do bom caráter do conjunto sem ter que se pautar por questões de sobrevivência. A política deve ser mantida a salvo dos interesses sociais práticos, pois onde quer que eles predominem, não existe vida política.

A racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. Nessa conformidade, a psique humana deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral, da qual o estudo sistemático da organização constitui domínio particular (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.23).

Nas sociedades não mercantis, homens e mulheres viviam – e em alguns lugares ainda vivem – em comunidades onde um senso comum substantivo determina o curso de suas ações. Nestas sociedades, as organizações são campos de experiência de bases substantivas, não formais, legais ou contratuais. A maior parte do espaço vital humano se mantém livre de repressões das organizações formais, permitindo a interação social livre de prescrições. Já nas

sociedades centradas no mercado, os indivíduos são levados a se comportar de acordo com imperativos externos, respondendo a persuasões organizacionais desprovidas de ética.

O conceito de racionalidade, classicamente, revestira-se sempre de nuances éticas, e chamar um homem ou uma sociedade de racional significava reconhecer sua fidelidade a um padrão objetivo de valores postos acima de quaisquer imperativos econômicos (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.122).

Maffesoli enfatiza que o equilíbrio entre o intelecto e o afeto se encontra e é vivenciado na esfera do *sensu comum*, que apesar de ter sido estigmatizado durante toda a modernidade por estar contaminado de a paixão, o sentimento, a emoção e o afeto, está presente desde o pensamento orgânico das sociedades tradicionais e se configura como elemento incontornável da socialização moderna em todos os domínios, “do mais sério ao mais frívolo, dos diversos jogos de faz-de-conta ao jogo político, na ordem do trabalho como na dos lazeres, bem como nas diversas instituições” (2008, p.22).

A ciência social de bases substantivas proposta por Guerreiro Ramos transcende o caráter episódico da sociedade centrada no mercado, considerando que a configuração atual da vida humana associada não é definitiva, mas apenas um estágio que pode ser superado. A teoria substantiva da vida humana associada não é uma nova ciência, sendo “tão velha quanto o senso comum”, e está sempre em elaboração, sendo expandida e acrescida pelo legado milenar de experiências e percepções da natureza humana e da vida humana associada. O que há de novo é justamente a necessidade de, novamente, darmos “ouvidos ao nosso eu mais íntimo”. Para isso, não basta restaurar a experiência clássica de forma crítica, como Voegelin fez, mas também apropriar-nos deste legado para entender e dominar o processo da história contemporânea, conforme propõe Guerreiro Ramos (1981, p.195-201).

A velha teoria pressupõe que a produção é apenas um assunto técnico. No entanto, o pressuposto fundamental da nova ciência das organizações é o de que a produção é, ao mesmo tempo, uma questão técnica e uma questão moral. A produção não é apenas uma atividade mecanomórfica, é também um resultado da criativa satisfação que os homens encontram em si mesmos. Num sentido, os homens produzem a si mesmos, enquanto produzem coisas. Em outras palavras, a produção deveria ser empreendida não só para proporcionar a quantidade bastante dos bens de que o homem necessita para viver uma vida sadia, mas também para provê-lo das condições que lhe permitam atualizar sua natureza e apreciar o que faz para isso. Desse modo, a produção das mercadorias deve ser gerida eticamente, porque, como consumidor ilimitado, o homem não torna resistente, mas exaure seu próprio ser. Mais ainda, a produção é igualmente uma questão moral, em razão de seu impacto sobre a natureza como um todo. Na realidade, a natureza não é um material inerte; é um sistema vivo, que só pode perdurar na medida em que não se violem os freios biofísicos impostos a seus processos de recuperação (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.199).

Como caminho para regular e restringir a supremacia da economia como ordenadora da vida humana associada, Guerreiro Ramos (1981) propõe a *delimitação organizacional* e vislumbra uma sociedade fundamentalmente estruturada pelo homem, em oposição a homens estruturados pela sociedade, como ocorre na atual sociedade centrada no mercado. Assim, as instituições sociais devem ser estabelecidas como expressão de valores humanos, partindo da premissa que experiências simbólicas tais como o amor, a confiança, a honestidade, a verdade

e a autorrealização não devem ser incluídas no campo de ação de organizações econômicas, inteligíveis por suas normas funcionais e racionais de conduta e comunicação.

Guerreiro Ramos foi assim capaz de elaborar sua proposta de teoria substantiva da vida humana associada, recolocando o ser humano no centro da ciência, resgatando a dimensão política e seu papel normativo na sociedade e advertindo que a dualidade indivíduo/sociedade não pode ser resolvida sem acarretar na deformação da psique humana.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ariston. A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política), Florianópolis, 2006.

AZEVEDO, Ariston; ALBERNAZ, Renata. A “antropologia” do Guerreiro: a história do conceito de homem parentético. Cadernos EBAPE. BR / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Vol.IV, n.3 (Outubro/2006). Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2006.

BARIANI JUNIOR, Edison. A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Dissertação (Mestrado). UNESP: Araraquara, 2003.

_____. Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista: Araraquara, 2008.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro. FGV, 1981.

_____. Minha dívida a Lorde Keynes. Revista de Administração Pública (RAP), 16(2). Rio de Janeiro. FGV, abr./jun. 1982.

_____. Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro. FGV, 1983.

_____. A redução sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro. UFRJ, 1996.

_____. Modelos de homem e teoria administrativa. Caderno de Ciências Sociais Aplicadas, n.3 (Dezembro/2001). Curitiba: PUC-PR, 2001.

HORKHEIMER, Max. Eclipse da razão. São Paulo: Centauro, 2002.

MAFFESOLI, Michel. Elogio da razão sensível. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VOEGELIN, Eric. Reason: the classic experience. The Southern Review, v. 10, n. 2, p. 239-40, April, 1974.